

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Com Evandro Éboli

Tiroteio

Se na semana passada o presidente Lula renovou o repertório de críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é provável que venham novos ataques do Planalto. A maior parte dos analistas econômicos aposta em uma manutenção da taxa Selic. Nem mesmo a contenção de R\$ 15 bilhões nas despesas do governo, anunciada pela equipe econômica, mudou o humor do mercado.

De plantão

Ao socorrer uma passageira em um voo Brasília-São Paulo, ontem, o vice-presidente Geraldo Alckmin deu, pela segunda vez, uma pausa no ofício da política para voltar à sua formação original de médico. Em março, ele atendeu um homem que passou mal em um evento em Manaus.

Separados pela ditadura

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) deixou o Planalto por alguns instantes, na última quinta-feira, e foi prestigiar a sessão da Comissão de Anistia que aprovou perdão do Estado aos descendentes de japoneses perseguidos pela ditadura de Getúlio Vargas. Filho de um perseguido pela ditadura de 1964, Padilha se emocionou. O pai, Anivaldo Padilha, foi preso, torturado e foi para o exílio quando o filho ainda estava em gestação. Os dois só se conheceram e se encontraram quando Alexandre tinha 9 anos e Anivaldo voltou do exílio, na abertura política, em 1979.

Alerta na esquerda

A revelação de que o ex-prefeito Alexandre Kalil, de Belo Horizonte, irá trocar o PSD pelo Republicanos e vai apoiar o deputado estadual Mauro Tramonte para a disputa na capital arpejou a esquerda mineira. É real a possibilidade de haver um segundo turno entre Tramonte — líder nas pesquisas — e o bolsionista Bruno Engler (PL). O PT tentou levar Kalil para seu lado, mas o ex-dirigente do Galo é um pote de mágoa com o partido de Lula, que o apoiou para governador em 2022.

Minas é Brasil

O movimento de Kalil também deixou o PSD de prontidão. O ex-prefeito de Belo Horizonte, eleito por dois mandatos em 2016 e 2020, pretende mais uma vez entrar na disputa para o governo de Minas Gerais, em 2026. Vai medir forças com o antigo partido, que costura, junto com o governo Lula, a candidatura do senador Rodrigo Pacheco para o Palácio da Liberdade. O Planalto tem interesse em formar aliados no segundo maior colégio eleitoral do país, em meio ao avanço da direita após dois mandatos de Romeu Zema.

Empresas em crise na véspera do Copom

Um estudo divulgado pela Serasa Experian na semana passada mostra como está difícil a situação do empresariado no país. Segundo o levantamento, o país contabilizou 1.014 pedidos de recuperação judicial de janeiro a junho deste ano. Trata-se de um aumento de 71% em relação ao mesmo período do ano passado, e o maior registrado desde o início da série histórica, em 2005.

A maior parte dos pedidos de recuperação judicial partiu de micro e pequenas empresas. Elas respondem por 713 solicitações, aproximadamente 70% do total. O setor mais atingido é o de serviços, com cerca de 40% das requerimentos, seguido do comércio. Segundo especialistas da Serasa Experian, é provável que essa alta progressiva se mantenha pelos próximos meses.

Como se sabe, as micro e pequenas empresas respondem por mais de 70% dos empregos. As dificuldades financeiras



enfrentadas pelo microempresário têm relação direta com as taxas de juros. Esse é o efeito na economia real, na vida de quem tem poucas alternativas para enfrentar a pressão das dívidas. Com

a tendência de o Comitê de Política Monetária manter a taxa básica de juros em 10,5% na reunião desta semana, são remotas as perspectivas de melhora para o segmento de microempresas.

Ciência Brasil

Após um hiato de dez anos, o Brasil promove a 5ª Conferência Nacional da Ciência e Tecnologia (5CNTI). O objetivo do encontro é promover um diálogo entre a pesquisa científica, a indústria e a sociedade civil. Um dos pontos centrais da discussão é o desenvolvimento da inteligência artificial no contexto brasileiro. A expectativa da ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, é alta. “As iniciativas vão convergir para solucionar os desafios brasileiros, como as mudanças climáticas, a transição energética, a bioeconomia”, disse.

Amazônia IA

Um dos destaques da 5CNTI é o lançamento do Amazônia IA, projeto de inteligência artificial generativa que produz textos adaptados para o português brasileiro. O Amazônia IA é resultado de um trabalho conjunto das empresas Widelabs, Oracle, Nvidia, com a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Atletas da continência

O Ministério da Defesa está uma empolgação só com os atletas militares que estão nas Olimpíadas de Paris, a ponto de criar uma página para acompanhar exclusivamente esse grupo, com direito a agenda de competições deste grupo. Na delegação brasileira há 97 esportistas militares, o equivalente a 35% do grupo, “que representarão o Brasil e as Forças Armadas”, divulga a página.

Rumo ao pódio

Os atletas militares estão distribuídos em 21 modalidades e a grande maioria é 3º sargento. Eles ingressam nas Forças por meio do programa Atletas de Alto Rendimento e, além dos benefícios da carreira militar, contam com espaço de treinamento, como centros de educação física. Quando vencem e sobem no pódio, batem continência, atitude controversa.

PODER

Lula revoga parte do decreto que cria a Rede Federal de Mediação e Negociação, e suspende a obrigatoriedade da participação do órgão nas mesas de conciliação que envolvam entes públicos e empresas privadas para o pagamento de dívidas ou a revisão de concessões

AGU fora de acordos da União

» HENRIQUE LESSA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou, na sexta-feira passada, parte do decreto que criou a Rede Federal de Mediação e Negociação — conhecida como “Resolve”. As alterações suspenderam a obrigatoriedade da participação da Advocacia-Geral da União (AGU) em qualquer mesa de negociação entre órgãos da União e empresas privadas em litígios, como pagamento de débitos ou revisão de acordos de concessão.

O decreto criou uma estrutura para a resolução de conflitos em contratos públicos que envolvam a União, mas de

forma extrajudicial. A ideia é recorrer à mediação e à negociação como ferramentas de melhoria da gestão na execução de políticas públicas.

A “Resolve” foi oficializada em 3 de julho. Previa a necessidade de anuência da AGU para qualquer câmara de negociação extrajudicial, inclusive as que utilizassem a Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex-Consenso), do Tribunal de Contas da União (TCU) — estrutura criada com a função de ser a câmara negociadora da Corte.

Mas logo depois da publicação do decreto de criação da “Resolve”, o presidente do TCU,

Wesley Mcallister/Ascom/AGU



Redação inicial do decreto previa que os acertos nas câmaras de mediação deveriam ter o aval da AGU

ministro Bruno Dantas, determinou a suspensão de todas as atividades da Secex-Consenso. A rede de negociação criada pelo governo federal teria desagradado os magistrados do TCU, pois entendiam que a obrigatoriedade da presença da AGU poderia

invadir as prerrogativas da Corte. Isso levaria ao esvaziamento do órgão do tribunal, criado em dezembro do ano passado.

Argumentação

OTCU levou seus argumentos

à Casa Civil, com os quais o ministro-chefe Rui Costa concordou. Assim, trabalhou junto a Lula pela revogação dos artigos que previam a obrigatoriedade da participação da AGU nas negociações.

Na opinião de Sérgio Guerra,

professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Direito Rio), do ponto de vista da governança estatal, o decreto estava tecnicamente equivocada, pois reduzia a autonomia das entidades da administração pública com independência de gestão — caso das agências reguladoras. “Uma agência reguladora, que é uma estrutura da União, mas é independente, não é subordinada ao chefe do Executivo. Pelo modelo do decreto revogado, a AGU, um órgão subordinado ao chefe do Executivo, determinava se uma entidade independente poderia, ou não, procurar o TCU”, observa.

Para Guerra, o novo decreto é decisão política do presidente. “O que aconteceu foi uma decisão de competência política do chefe do Executivo, que determinava a participação da AGU nesses acordos, e 20 dias depois entendeu pela revogação. Trata-se de uma decisão política. Mas nada disso muda na essência a competência da AGU”, ressalta.

A orientação da Advocacia da União era que os acordos para a solução do conflito, entre a União e concessionárias, não deveriam ser fechados sem que desse aval. Tratava-se de uma medida para evitar a anulação por qualquer ilegalidade.

Mariana tem briga judicial no exterior

A mineradora anglo-australiana BHP Billiton, uma das acionistas da Samarco, assinou um acordo no Reino Unido se comprometendo a não apoiar ou financiar a ação que está no Supremo Tribunal Federal (STF), em que o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) pede que a possibilidade de municípios promoverem litígios judiciais no exterior seja considerada inconstitucional. É mais um capítulo da nova batalha judicial, que teve início no mês passado, e envolve

o rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015 — que causou 19 mortes.

Insatisfeitos com o processo reparatório no Brasil, cerca de 700 mil atingidos e 46 municípios, além de empresas e instituições religiosas, acionaram as cortes britânicas para responsabilizar a BHP — sediada em Londres. O caso tramita desde 2018. Audiências marcadas para outubro avaliarão a responsabilidade da mineradora.

Mais recentemente, milhares de atingidos pela tragédia e sete

municípios também levaram o caso aos tribunais da Holanda contra as subsidiárias holandesas da Vale e da Samarco. A ação foi aceita pelo Judiciário do país europeu em março. Há duas semanas, a Vale e a BHP — acionistas da Samarco — entraram em acordo para arcar com valores iguais caso ocorra uma condenação pela Justiça de qualquer um dos países.

Mas a nova batalha judicial teve início quando o Ibram (que representa as maiores mineradoras do país) foi ao STF tentar

impedir que municípios ingressem com ações em tribunais estrangeiros. A alegação é de que trata-se de uma inconstitucionalidade o envolvimento de entes da Federação em litígios fora do Brasil. A relatoria do caso está com o ministro Flávio Dino.

A ação gerou reação do escritório Pogust Goodhead, que representa os atingidos e municípios nas ações movidas no Reino Unido e na Holanda. Os advogados da banca londrina apresentaram documentos que comprovam que a ação do Ibram foi

movida a pedido da BHP. Alegam que trata-se de uma tentativa de bloquear o acesso aos tribunais britânicos e que seria uma violação ao direito dos municípios.

O escritório também acusa a mineradora de mentir ao negar envolvimento na movimentação. Só que a ata do conselho do Ibram de 23 de maio registra o pedido da BHP para que o STF fosse acionado para “contestar a possibilidade de municípios brasileiros litigarem ações judiciais no exterior sobre casos ocorridos no Brasil”.

De acordo com o Ibram, a ação levada ao STF é uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF),

cujo objetivo seria resguardar a soberania do país. A entidade alega que, sem passar pelo crivo da Justiça brasileira, a transparência das ações movidas no exterior está comprometida. Sustenta, ainda, que a participação do Ministério Público nos processos envolvendo entes federativos é obrigatória, algo que fica inviabilizado em casos que tramitam fora do Brasil.

Mas, de acordo com o Pogust Goodhead, esse modelo possibilita o acesso à Justiça para as vítimas que, em muitos casos, não teriam os meios para enfrentar judicialmente corporações como a BHP.